



ACÓRDÃO Nº332/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11929/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manaus - CMM
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Joelson Sales Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 848/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaus - CMM. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Manaus - CMM, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Joelson Sales Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Joelson Sales Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
 - 10.3.1. Ausência de registro da divulgação de dados individualizados dos servidores da Câmara Municipal,



ACÓRDÃO Nº332/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- contrariando o art. 8. §1º, III, da Lei nº. 12.572/11 e art. 7º, §3º, VI do Decreto 7.724/2012;
- 10.3.2.** Ausência no Portal da Transparência de informações sobre licitações realizadas no exercício de 2019, contrariando o art. 8. §1º, IV, da Lei nº. 12.572/11 e art. 7º, §3º, V do Decreto 7.724/2012;
- 10.3.3.** Ausência de informações referentes a diárias concedidas no ano de 2019, contrariando o art. 8. §1º, III, da Lei nº. 12.572/11;
- 10.3.4.** Ausência de envio dos relatórios de adiantamentos realizados, conforme a Lei 4.320/64; art. 68 c/c art. 6º e art.11 do Decreto nº 3206/2015;
- 10.3.5.** Déficit de previsão orçamentária, contrariando o art. 5º caput Lei 4.320/64 e LC n. 101/2000;
- 10.3.6.** Ausência de esclarecimentos sobre o que se trata as contas e para quem foi concedido os recursos das transferências concedidas independentes da execução orçamentária, contrariando o art. 103 c/c art. 6º §1º da Lei 4.320/64;
- 10.3.7.** Em análise ao balanço patrimonial identificou-se no ativo circulante a conta 'DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO' e VPD pagas antecipadamente. Ausência de esclarecimentos sobre as contas citadas, contrariando o art. 105 c/c art. 105 da Lei 4.320/64, c/c a Resolução nº 05/90 TCE-AM;
- 10.3.8.** Identificado no balanço patrimonial, no passivo circulante, a existência da conta "DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO". Ausência de esclarecimentos sobre o que se trata essas obrigações informando nominalmente esses fornecedores, contrariando o art. 105 c/c art. 105 da Lei 4.320/64. Resolução nº 05/90 TCE-AM;
- 10.3.9.** No balanço patrimonial, no passivo não circulante existe a Conta 'OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A LOGO PRAZO'. Ausência de envio de documentos comprobatórios sobre o que se trata tais dívidas e se estão sendo pagas regularmente, contrariando o art. 105 c/c art. 105 da Lei 4.320/64, c/c a Resolução nº 05/90 TCE-AM;
- 10.3.10.** Verificada a Relação de Restos a Pagar inscritos. Ausência de esclarecimentos sobre o motivo de ainda existir RAP de exercícios anteriores, que por Lei, estes já deveriam ter sido quitados em época certa, conforme art. 37 da Lei 4.320/64 c/c art. 5º da Lei 8.666/93;
- 10.3.11.** Considerando o contrato 02/2019 Locação de Imóvel. Ausência de esclarecimentos sobre a contratação por dispensa de licitação, bem como se o preço é compatível com o valor de mercado, contrariando o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93;



ACÓRDÃO Nº332/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.12. Ausência dos documentos que comprovem a realização dos serviços, contrariando o art. 58, inciso III c/c art. 66 caput e art. 67 caput e §1º da Lei 8.666/93;

10.3.13. No que se refere à Adesão a Ata de Registro de Preço, oriundo da Prefeitura de Parintins para compra de reserva, emissão marcação de passagens aéreas. Ausência de justificativas sobre como se deu a vantagem para aderir tal ata, conforme art. 9º, inciso III c/c art. 22 do Decreto nº 7.892/2013;

10.3.14. Ausência de informações se já foram quitadas as consignações, conforme dados do balancete analítico do sistema AFIM, contrariando o art. 5º §4º Lei Complementar nº 101/2000;

10.3.15. Ausência de envio de documentos para comprovar se foi cumprido o parcelamento com a MANAUSPREV, de acordo com os arts. 58 e 62 c/c art. 64 Lei 4.320/64.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Abril de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral